

Disciplina: Sociologia.
1º ano do Ensino Médio
Docente: Michele Corrêa de Castro

As Ciências Sociais no Brasil e o Porquê das Ciências Sociais...

Por Michele Corrêa de Castro¹

Todos são intelectuais, porque todos possuem a capacidade, a potência de transformação social do ponto de vista mediato, e todos possuem a capacidade criativa não desenvolvida em sua essência na forma trabalho-alienado. (Antonio Gramsci).

O projeto de ensino de Sociologia ou das Ciências Sociais no Brasil é apresentado no final do século XIX, no início da República. No entanto, não é levado a cabo e só volta de forma mais evidente e, passa a ser incorporado no currículo, no curso de formação de professores, a partir de 1925 com a Reforma Roche e assim permanece até 1942, Mas a partir deste mesmo ano, a sociologia passa a não ser aprendida enquanto disciplina obrigatória, decorrência da intervenção do Ministério da Educação, sob a gestão de Gustavo Capanema.

A sociologia entra a partir da década de 1940 e mais fortemente no período ditatorial em ostracismo e volta à cena sócio-política pós-ditadura militar; o processo de abertura política propiciou uma maior demanda de interessados pelo curso de Ciências Sociais. Neste bojo, a lei 7044 de 1987, permitiu que a Sociologia, bem como a Filosofia, voltasse ao ensino médio enquanto disciplina obrigatória. Por outro lado, a primeira tentativa de implementação da Sociologia em nível estadual (Estado de São Paulo), como disciplina obrigatória, foi vetada pelo então governador Paulo Maluf.

Com o avanço do neoliberalismo nos anos 90, a Sociologia perde o pouco espaço conquistado e isto pode ser percebido de uma forma mais categórica no relatório Darcy Ribeiro (antropólogo brasileiro) como substitutivo do projeto Jorge Arge (o qual defendia a Sociologia e a Filosofia como disciplinas obrigatórias e, portanto, necessárias a formação do educando do Ensino Médio). O relatório de Darcy Ribeiro tinha como preocupação central contemplar as diretrizes do banco Mundial para a educação, tendo

1. Bacharel (2006) e Licenciada (2007) em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências. Unesp Campus de Marília. Prêmio de Mérito Acadêmico; maior média do Curso de Ciências Sociais-2007.

como eixo o processo de descentralização do ensino, o qual culminou no avanço da municipalização de algumas escolas estaduais no Brasil. A LDB de 20/12/1997 em seu artigo nº. 36 passa então a compreender que o aluno do Ensino Médio deveria dominar os conteúdos de Filosofia e de Sociologia, as quais não eram entendidas pelo MEC como disciplinas e que, portanto, seus conteúdos já estavam contemplados em qualquer disciplina do currículo comum.

É a partir deste breve histórico da Sociologia ou mesmo das Ciências Sociais como um todo que tentaremos apontar a importância desta disciplina ao longo deste ano.

A resistência histórica em relação à inserção das Ciências Sociais no Ensino Médio – resistência que ainda vivenciamos fortemente no Estado de São Paulo e com menor intensidade em outros Estados brasileiros – é um ponto de partida de análise da importância das Ciências Sociais como Ciência e enquanto disciplina nas escolas públicas brasileiras. Essa resistência que carrega uma concepção ideológica e política conservadora, diz respeito ao temor em relação ao papel das Ciências Sociais, o de propiciar ao aluno compreender a realidade social, político-econômica e também cultural, na qual está inserido, bem como o de desnaturalizar a realidade, desmistificando-a no que se refere a uma compreensão a-histórica.

Tendo isto em vista, consideramos que o processo de ensino-aprendizagem só pode acontecer entre pessoas, as quais devem estar disponíveis para entrarem em um processo relacional de compromisso mútuo, que se dá no âmbito dos processos de força de motivos e necessidades dos sujeitos, como, por exemplo, discutir o medo ou um problema outro específico, que remete ao entendimento da unidade cognição-afeto. A construção de sentidos e significados no processo de aprendizagem não se dá, portanto, apenas através da interação social do indivíduo, que passa a apreender o objeto do conhecimento de maneira subjetiva, mas também através das diversas subjetividades e experiências vividas (TACCA, M. C. V. R. 2006). Neste contexto, a comunicação ocorre de maneira verbal, figurativa e simbólica e, para esta ser bem-sucedida, necessita da compreensão mútua entre os agentes sociais dispostos a se comunicarem.

Em outras palavras, o ensino das Ciências Sociais e da Educação, como um todo, para ser efetivo deve ter como norte a emancipação como elemento central, bem como considerar as contradições históricas objetivas. Uma formação concreta deve ser aquela que em seu dinamismo exponha as contradições que estão presentes na

sociedade, ou seja, aquela que pressupõe o princípio de não-identidade entre realidade e conceito, entre forma social e existência humana.

A construção de um sujeito crítico e emancipado, por sua vez, passa pelo estranhamento frente ao que está colocado, na compreensão das Ciências Sociais e da Educação enquanto protesto do particular frente às generalizações, ou seja, um protesto contra a adaptação e contra o conformismo. A educação não deve ser uma modelagem de pessoas e nem a mera transmissão de conhecimentos, mas sim a produção de uma consciência verdadeira, crítica e autônoma. Nisto consistiria a maior importância política, cujo princípio de formação se baseia na democracia não como algo formal, e sim como parte do processo de emancipação dos sujeitos sociais. É desta maneira que trabalharemos as Ciências Sociais.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, F. O Desafio Educacional. São Paulo: Cortez, 1989.

GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

PROPOSTA CURRICULAR PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA: Ensino Médio. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 1990.

TACCA, M. C. V. R. *Relações sociais na escola e desenvolvimento da subjetividade.* In: Aprendizagem: Tramas do conhecimento, do saber e da subjetividade. RJ: Vozes; São Paulo: ABPp, 2006. pp. 60-85.